

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

STF é a última trincheira contra o calote dos precatórios

Que a corte corrija inconstitucionalidades e a falta de compromisso com o país

Eduardo Gouvêa

Presidente da Comissão Especial de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

A aprovação da PEC dos Precatórios pelo Senado Federal representa um retrocesso de décadas no sistema de pagamento das dívidas judiciais do poder público e uma grave ameaça ao Estado democrático de Direito, à responsabilidade fiscal e à economia do país.

O texto aprovado é manifestamente inconstitucional, posto que viola duas cláusulas pétreas: o princípio da separação dos Poderes e direitos e garantias individuais, ferindo diretamente o direito de propriedade, o princípio da isonomia, o direito à tutela jurisdicional efetiva e a razoável duração do processo, o princípio da segurança jurídica, o respeito à coisa julgada e ao direito adquirido; e, ainda, o princípio da moralidade administrativa.

Em vez de criar uma fonte de receita permanente para atender à relevante demanda do Auxílio Brasil, a PEC prevê o confisco, por tempo indeterminado, do patrimônio privado de pessoas e empresas.

Importante lembrar que tal medida também tem caráter recessivo para a economia, dado que frustra investimentos, poupança e consumo das pessoas físicas e empresas públicas e privadas que receberiam os valores de seus precatórios.

O pagamento de precatórios não é ato discricionário, mas despesa obrigatória decorrente do cumprimento das decisões judiciais e jamais poderia ter sido submetido a qualquer tipo de limitação.

Vários atores, como associações, entidades de classe e instituições como a OAB, alertaram para as inúmeras inconstitucionalidades e efeitos nocivos constantes do texto aprovado no Senado Federal.

Uma das medidas aprovadas cria

um limite para pagamento de precatórios; assim, qualquer valor acima desse limite previsto será pago nos anos subsequentes. Isso gera imprevisibilidade sobre os pagamentos e cria verdadeira bola de neve, que acumula ano após ano os valores além do limite. A Instituição Fiscal Independente do Senado Federal calculou que, nos próximos cinco anos, esses valores se acumularão em um total de R\$ 1 trilhão. Um aumento de quase 20% na dívida pública federal, que em outubro fechou em R\$ 5,4 trilhões.

Hoje, os precatórios se submetem ao regime constitucional previsto no art. 100, que determina a obediência à ordem cronológica de apresentação. Isso significa que, quanto antes fosse expedido o precatório, antes seria pago.

A sistemática constitucional tem a finalidade de assegurar a isonomia

entre os credores e evitar tratamentos discriminatórios injustificados.

No entanto, a PEC aprovada pelo Senado destrói o sistema de pagamento de precatórios e demonstra a falta de compromisso do país em honrar suas próprias obrigações provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

A PEC cria um cenário de insegurança jurídica, enfraquecimento da imagem do Brasil junto à comunidade internacional e instabilidade macroeconômica, com grave repercussão no risco Brasil.

Em um momento sensível de pandemia e cenário de tantas incertezas na economia brasileira, a inadimplência dos precatórios aumentará exponencialmente a dívida consolidada, com impacto direto e prejudicial na economia do país em médio e longo prazo, impactando, inclusive, a distribuição de renda.

Se o objetivo declarado é abrir espaço fiscal para destinar R\$ 400 mensais às famílias mais necessitadas, é no mínimo incongruente que se faça isso por meio de um sistema que aumentará os juros da dívida, que acarretam custo de vida mais elevado e maiores rendimentos aos financiadores dessa dívida. Ou seja, retira dos mais pobres e entrega aos mais ricos, uma verdadeira distribuição de renda às avessas.

É lamentável que, em vez de atuarmos para resolver definitivamente os problemas, tenhamos iniciativas como essa de criar um problema ainda maior para o futuro próximo. Acreditamos que o Supremo Tribunal Federal (STF), guardião da Constituição Federal do Brasil, terá a oportunidade de corrigir inconstitucionalidades da PEC dos Precatórios.

[...]

Em um momento sensível de pandemia e cenário de tantas incertezas na economia brasileira, a inadimplência dos precatórios aumentará exponencialmente a dívida consolidada, com impacto direto e prejudicial na economia do país (...), impactando, inclusive, a distribuição de renda

Indígenas isolados podem ser exterminados com o aval da Funai

Desmate, garimpo e instalação de fazendas ilegais ameaçam os piripikura

Elias dos Santos Bigio, Leonardo Lenin Santos e Tiago Moreira

Historiador e indigenista da Operação Amazônia Nativa (Opan)
Indigenista do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (Opi)
Antropólogo, é pesquisador do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental (ISA)

Os piripikura são um povo indígena isolado e vivem no noroeste de Mato Grosso, dos quais se conhecem poucos remanescentes. Tamandua, Baita e Rita são os três sobreviventes de sucessivos massacres que se têm notícia. Tamandua e Baita permanecem isolados; Rita casou-se com um indígena karipuna e também tem uma casa na terra indígena Piripikura. A existência de outros indígenas isolados dentro do território é possível. Os piripikura isolados sobrevivem da caça, da pesca, da coleta e da fabricação de utensílios. Das sociedades não indígenas, utilizam apenas o facão e o machado para viverem na densa floresta.

Mas, agora, esses indígenas se apresentam como um obstáculo ao projeto de desenvolvimento predatório e estão severamente cercados pelo avanço do desmatamento, a instalação de fazendas ilegais com novas aberturas de áreas de pasto e interesses minerários. A Fundação Nacional do Índio (Funai) reconhece a existência dos piripikura desde 1985. No entanto, somente em 2008 a terra indígena Piripikura foi herdada pela primeira vez por meio de uma portaria de restrição de uso, que garante a proteção frágil ao território, pois se trata de processo de reconhecimento territorial não concluso que se arrasta por mais de 30 anos.

Em 17 de setembro, a atual presidente da Funai publicou uma nova interdição, mas reduziu sua pro-

teção para apenas seis meses, tempo extremamente curto para garantir a proteção do território indígena — antes as portarias variavam de dois a três anos. O prazo é exigido para que se possa concluir os procedimentos demarcatórios ou efetivar as medidas de proteção necessárias para um território tão ameaçado.

Segundo monitoramento independente realizado pelo Instituto Socioambiental, desde agosto de 2020 até a data da última portaria da Funai

ao menos 2.300 hectares de florestas foram derrubados por invasores.

O absurdo é que os piripikura, apesar da presença da Funai, vivem coagidos em seu próprio território. Imagens de satélite mostram que as áreas de desmatamento estão próximas a refúgios utilizados pela etnia. Somente entre agosto e novembro, uma área equivalente a 4.600 campos de futebol foi queimada, abrindo espaço para futuras pastagens dentro desse território, segundo dados de satélites da Nasa.

Interesses para a exploração mineral na região da terra indígena somam-se às ameaças aos indígenas. Em levantamento realizado pela Opan (Operação Amazônia Nativa) sobre a existência de pedidos de licença para lavra garimpeira na Agência Nacional de Mineração, foi observado um aumento gigantesco no período de 2018 a 2021, da ordem de 82%.

A nova interdição de seis meses fragiliza a proteção territorial dos piripikura. É preciso fazer valer as medidas requeridas pelo Ministério Público Federal do Estado de Mato Grosso. Os indígenas devem ser retirados, e a terra indígena precisa ser identificada e demarcada. É preciso que a política do não contato e os princípios da precaução e da autodeterminação em relação aos povos indígenas isolados sejam respeitados. O povo piripikura tem o direito de seguir existindo.

[...]

A nova interdição de seis meses fragiliza a proteção territorial dos piripikura. (...) Os invasores devem ser retirados, e a terra indígena precisa ser identificada e demarcada. É preciso que a política do não contato e os princípios da precaução e da autodeterminação em relação aos povos indígenas isolados sejam respeitados

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Residência no assentamento Barra de Santo Estevão, em Senador Elói de Souza (RN), que sofre com escassez de alimentos Allan Lima/Folhapress

Fome

Dentre todos os problemas do país, essa é a nossa maior vergonha ("Famílias comem lagartos e restos de carne para enganar fome no RN", Mercado, 8/12). Quando um ser humano passa fome, é porque tudo o resto já lhe foi negado. A fome é o último grau da escassez.

Naiara Moreno (São Paulo, SP)

*

Uma das formas de combater a fome é criar hortas comunitárias para que o povo possa cultivar seus próprios alimentos ou então plantar no quintal. Tudo é válido para que haja um mínimo de segurança alimentar. Brigas ideológicas não encham o prato de ninguém.

Ana Maria Marques (Jundiá, SP)

*

Alguém tem que fazer algo antes que as pessoas morram de fome. Não podemos contar com esse governo que só pensa em reeleição. Por que as igrejas não se levantam em defesa de quem tem fome e sede? Gostaria de contribuir, mas como? Enviar contribuição para onde?

Luiz Jose Almeida Fayad

(Balneário Piçarras, SC)

*

E o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. Só pra lembrar.

Luiz Marcelo Zerbini Pereira (Catalão, GO)

*

Mais de uma década de Bolsa Família, e o povo continua miserável. Esta é a face do populismo barato.

Franklin Medeiros

(São Bernardo do Campo, SP)

*

Como podemos ajudar a essas famílias? Sei que é problema de política pública, que passa desde um sistema tributário regressivo até falta de auxílio financeiro e de educação de como lidar com solo semiárido, além de alternativas realizadas pelo Estado para melhorar da agricultura nessas condições. Mas não posso deixar de tentar minimizar isso.

Joana Marins (Brasília, DF)

Favores e aplausos

Há anos digo que o empresário brasileiro não tem perfil de empreendedor, e sim de "senhor de engenho": quer ganhar, mas não quer gastar, quer lucrar, mas não quer investir, quer que o funcionário trabalhe de sol a sol, mas não quer pagar salários adequados, retira ganhos mensais de R\$ 50 mil e acha pouco, mas considera que um salário mínimo "tá bom demais" para seus empregados. E, além disso tudo, ainda considera favor deixar um cidadão trabalhar para ele ("Bolsonaro é aplaudido por empresários ao dizer que deve favores a eles e que põe juízes neutros no TST", Mercado, 8/12).

André Ribeiro dos Santos (Barra Mansa, RJ)

*

Esse presidente é tão despreparado que acha que o governo deve para empresários. Na maioria das vezes, os empresários devem impostos, contribuição social ao governo. As tais reformas não criam empregos e deterioram o poder de compra do empregado, celetista ou não. No Brasil, comércio é onde se emprega a maioria dos trabalhadores. Sem grana, sem compra. Sem vendas, sem emprego. Economia? Só se for para os empresários, que vão impor que os trabalhadores levem o próprio papel higiênico.

Juliana Teixeira (São Paulo, SP)

Maksoud Plaza

Além de um tanto deprimente, o que ocorreu com o casal de hóspedes é belo retrato da "competência" da iniciativa privada brasileira — sempre tão elogiada pela grande imprensa ("Últimos hóspedes do Maksoud Plaza são expulsos no fechamento do hotel", Mercado, 8/12). Se ainda lembrarmos que a família Maksoud chegou a ser proprietária de uma revista icônica na difusão das ideias liberais no campo da economia — a falecida Visão —, não deixa de ser bem significativo.

Arthur Autran (São Carlos, SP)

*

Mais um pedaço da história da nossa São Paulo se vai. O hotel hospedou pessoas ilustres, mas também pessoas como qualquer um de nós, com suas promoções para finais de semana. João Gilberto, carioca da mais pura cepa, amava vir a São Paulo só para cantar no Maksoud. Vai deixar saudades, como o Cadoro, o da Praça Patrícia (não lembro o nome), o Hilton no centro e outros tantos. É o progresso, forte, vigoroso, que arrebatou tudo o que não há em comum com ele.

Carlos Campos (São Paulo, SP)

Michelle e as linguas

A atitude da primeira-dama na minha observação demonstrou aproximação com as religiões afrodescendentes e a glossolalia, algo parecido com o espiritismo. Grosso modo, as religiões brasileiras são no final uma geleia geral, e todos os rituais pretendem chegar a um Deus com nomes diferentes. Razão pela qual não cabem os preconceitos, perseguições e deboches. Se há perseguições, não há caráter e há ausência de Deus.

Ângela Luiza S. Bonacci

(São José dos Campos, SP)

Quarentena e coleira

Quem vai fiscalizar? Semana passada retornei da Argentina e entrei pela checagem eletrônica de passaporte ("Governo cobrará quarentena de 5 dias de viajantes não vacinados", Saúde, 8/12). Ninguém viu nenhum dos documentos que eu trazia (teste de antigêno e declaração da Anvisa). Óbvio que ninguém vai fiscalizar nem a quarentena nem o teste 5 dias depois. Não era muito mais fácil exigir a vacinação?

Daniel Alvares (São Paulo, SP)

*

Se os dois "preferem morrer do que perder a liberdade", se puder ficar só a doença com eles, tudo bem, sem contaminar os outros. É ridículo um médico papagalho, repetindo imbecilidade.

Cleuza Maria Lopes Símplico

(Poços de Caldas, MG)

*

A fala do ministro da Saúde, dr. Marcelo Queiroga, desconexa com a nossa realidade, me fez lembrar a frase: "Se quiser por à prova o caráter de um homem, dê-lhe poder" (atribuída a Abraham Lincoln).

Tania Tavares (São Paulo, SP)

Colunistas

Antigamente se dizia: recortar e guardar. Marcelo Leite e Gregório Duvivier ("Sérgios Portos", Ilustrada, 8/12) vou recortar e enquadrar. Humoristas se renovam, o mundo fica igual. Tenho os nome, fui contemporâneo e editor de Stanislaw na Última Hora. Sou contemporâneo e leitor de Leite e Duvivier.

Ignácio de Loyola Brandão (São Paulo, SP)